

foi publicada no jornal "O Varzeense", no página do Facebook e afixada na Casa do Convívio.

Síria Nunes Mamede Brito
Presidente Executiva do Conselho

Ata número 56

Por dez dias do mês de Agosto de dois mil e vinte cinco, na Casa do Convívio do Espírito, em Sessão Ordinária, reuniu a Assembleia Geral, pelas 15 horas, em segunda convocatória.

O Presidente da Assembleia, Adelino Martins, deu início a esta reunião cumprimentando todos os presentes e agradecendo a sua presença. Referiu que a Convocatória de Ata foi, previamente, afixada na Casa do Convívio e publicada no jornal "O Varzeense" e que os exemplares do Relatório de Gestão e Contas se encontram à disposição de todos.

Em seguida, a Vice-Presidente procedeu à leitura da Ordem de Trabalhos: Ponto 1 - Apreciação e votação da Ata da Assembleia anterior; Ponto 2 - Apreciação, discussão e votação dos Relatórios e Contas do exercício de 2024, bem como o Parecer do Conselho Fiscal; Ponto 3 - Abordar e tratar outros assuntos de interesse para a Comissão e o Conselho.

Tendo a Ata da reunião anterior citada afixada na Casa do Convívio, foi aprovado, por unanimidade, a sua não leitura. Posteriormente a referida Ata, foi esta aprovada por unanimidade.

Antes de entrar no ponto 2 da Ordem de Trabalhos, o 1.º Secretário de Direcção, Pedro Miguel Ruheiro Martins, lembrou que os Relatórios tinham sido distribuídos no início da reunião e que ainda havia vários exemplares disponíveis.

No ponto 2, tomou a palavra o Tesoureiro-Adjunto de Direcção, Luis Manuel Bandeira das Neves Baptista, que procedeu à leitura do Relatório do Exercício de 2024.

Em seguida, foi apresentado o Relatório de Contas. O Tesoureiro, Luis Filipe Pinheiro Martins, esclareceu as dúvidas apresentadas pelo cônjuge João Filipe e outros associados. Foi também referido o facto de o 1.º Secretário do Director, Pedro Miguel Pinheiro Martins, ter oferecido o valor do prémio da dita premiação relativa à Festa de S. Miguel.

O Presidente do Conselho Fiscal, Pedro Manuel Campos Dias Nogueira, iniciou a sua intervenção pedindo desculpa pelo seu atraso, que se deveu a participações noutras reuniões. Em seguida, leu o Parecer do Conselho Fiscal de 27 de julho de 2025, sobre o Relatório de Gestão e Contas relativo ao ano de 2024, que foi positivo, para que se aprovasse o referido Relatório de Contas. Felicitou a Comissão pelo grande investimento realizado, realçando as obras de Lavadouro, Chafarizes, manutenção do edifício da Casa de Convívio e limpeza da zona de entrada.

O Presidente do Conselho Fiscal, na qualidade de Presidente da Junta do Freguesia de Góis, informou que a Comissão, se assim o entender, poderá pedir algum apoio à Junta, até ao limite de 500 €, sendo ainda possível um apoio de 250 €, para qualquer evento de animação cultural. Concluiu dizendo ficar disponível para qualquer esclarecimento de dúvidas.

Tomou, então, a palavra o cônjuge Adriano Filipe para propor o arranjo do caminho do Cabeço do Monte, no sentido de serem construídos mais dois lances de degraus, para ultrapassar as dificuldades de acesso e passagem naquele local.

O Presidente da Junta respondeu que, tal proposta terá, primeiro, de ser aprovada e apresentada pela Comissão e, depois, enviado à Junta.

Passou-se, em seguida, à votação dos Relatórios que foram aprovados por unanimidade.

Iniciou o Ponto 3 a sócia Maria Alice Rodrigues que salientou a necessidade de o terreno existente ao fundo do Jardim Infantil - que se diz ter sido oferecido à Comissão - ser limpo.

O Vice-Presidente do Dreced, Ildo Celeste H. Barata Ferreira confirmou tratar-se de uma doação, estando a limpeza do terreno já adjudicada à Exploração Florestal de Góis, mas ainda não pode ser realizada devido à situação actual, foram efectuadas outras limpezas, estando pendente o terreno referido.

Em seguida, tornou a falar o Presidente do Dreced, Alberto Manuel H. Barata, fez informar que a proposta do sr. Adriano Filipe será analisada pelo Dreced e tomada uma decisão sobre a sua viabilidade. Acrescentou que a Dreced trabalha, sempre, no sentido de garantir o melhor possível para todos.

O sócio Alfredo Neves começou a sua intervenção por informar que a placa de sinalização da localidade do Esporão, do lado das Sadeiras, Vale do Velho está derribada, mas, ele próprio, conseguiu corrigir a situação. Em seguida, mencionou que a Casa de Convívio está encerrada durante o inverno e que tenham sido analisadas algumas bebidas fora de prazo, fora venda no bar. Continuou ainda a atenciar para o facto de o parque/Jardim Infantil não apresentar os requisitos legais necessários. Em relação às eleições do próximo ano, lembrou que, tendo mais do que uma lista, terá de haver um período eleitoral.

O Presidente do Dreced esclareceu que, nesta Assembleia, nada há a deliberar sobre as eleições, pois os Estatutos da Comissão terão de ser cumpridos. Acrescentou que

Todos os sócios têm legitimidade para constituir e apresentar listas. Continuou, informando que é grande a atenção do Direcção sobre os problemas de segurança do Parque Impulso, mas não tem havido empresas disponíveis para apresentar os Oramentos que têm sido pedidos. Acrescentou que há outras obras já adjudicadas de que se desconhece a data de quando irão ser realizadas.

O Vice-Presidente do Direcção afirmou que, embora não querendo deculpar a situação referida, nas últimas compras feitas no supermercado em Góis, algumas bebidas tiveram de ser devolvidas por estarem fora do prazo de validade.

O Tesoureiro do Direcção pediu ao sócio Alfredo Neves que informasse sobre o que não está de acordo com as normas de segurança no Parque Impulso, tendo o sócio, mencionado o facto anti-questão. O Vice-Presidente do Direcção informou que a Junta de Freguesia de Góis forneceu uma lista de empresas que realizam estas actualizações, mas nenhuma das contactadas se encontra disponível.

O sócio Alfredo Neves retornou o tema - eleições lembrando que, havendo mais do que um lista a concorrer, terá de se cumprir um período de quinze dias para Campanha Eleitoral.

O Presidente do Direcção reafirmou que, qualquer que seja o número de listas, todo o processo eleitoral terá de decorrer de acordo com o Estatuto do Comissário e a Lei Geral.

O Presidente da Assembleia, Abelino Martins, tomou a palavra para afirmar que está reunidos de Assembleia Geral de hoje não tem poder de decisão sobre o próximo acto eleitoral, que os sócios têm toda a liberdade para apresentar listas e que os Estatutos

tem de ser integralmente cumpridos.

O Tesoureiro do Direcção salientou o facto de os Estatutos serem muito claros, o processo estar todo muito bem explicado e que todos os passos previstos eram cumpridos pela Direcção.

O sócio Alfredo Neves deu-se por satisfeito com todos os esclarecimentos prestados.

Em seguida, o sócio David Martins referiu a necessidade de limpeza dos terrenos, especialmente junto a sua casa, onde não está a ser mantida a distância regulamentar de segurança entre a habitação e a vegetação. Sugeriu que a Comissão assumisse a despesa e, posteriormente, apresentasse a despesa aos proprietários.

O Tesoureiro lembrou que o terreno junto ao Parque Infantil já está adjudicado à Exploração Florestal de Góis, como já referido nesta reunião. Tomou de novo a palavra o Presidente do Direcção para informar a Assembleia sobre o processo de negociação da compra do terreno junto à Casa de Convívio, pertencente à Firma Vidais, tendo esta tomado a decisão final de não proceder à venda, justificando a recusa com o facto de terem outras parcelas de terreno e instalações que também poderão, eventualmente, vender.

O Presidente do Direcção continuou a sua intervenção dizendo, sendo a Comissão uma Instituição de Utilidade Pública, a Direcção promoveu as diligências necessárias para manter esse Estatuto, efectuando o requerimento necessário em vinte e três de Junho de 2025, sendo este deferido em doze de Julho seguinte, mantendo-se, portanto, a sua validade até ao ano de 2035. Assim sendo, mantendo-se este privilégio até essa data, terão os futuros dirigentes da Comissão de actuar, até lá, de

acordo com a Lei n.º 36 de 14 de Abril de 2021, que regulamenta esta condicão de Justitica e Utilidade Pública.

O Presidente continuou, dando a conhecer a existência de um terreno, artigo 6448, em Vale do Cabão, Góis, com a área de quatro hectares e meio, do qual a Comissão paga o referido IMI, mas que não se encontra registado em nome da Comissão de Melhoramentos do Esporão. Sendo necessário identificar o terreno para ser inscrito no BUPI, o Presidente questionou a Assembleia sobre se se deverá fazer a Escritura necessária.

A Assembleia manifestou-se no sentido de ser iniciado o processo de legalização.

O Tesoureiro acrescentou de conhecer-se a localização exacta do artigo e, tendo lido as confrontações do terreno, solicitou que se alguém tiver esse conhecimento, ajude a Direcção neste processo.

O sócio Fernando Rodrigues congratulou-se com o facto de esta reunião da Assembleia Geral ter decorrido em grande harmonia, sem qualquer problema, e fez votos para que assim continue para engrandecimento da aldeia do Esporão.

Por fim, o Presidente da Assembleia, Adelino Martins, agradeceu aos presentes, mais uma vez, a sua presença e participações. Manifestou a esperança de que haja interessados em manter a continuidade da Comissão. Dirigiu um especial agradecimento à Direcção pelo trabalho realizado, que foi muito relevante, e ressaltou a importância da continuidade da colaboração de todos os presentes. Acrescentou, ainda, ter a recente festa de Santo António demonstrado que há juventude motivada para tal. Antes de terminar, pediu à assistência uma salva de palmas pelos setenta anos da Comissão, que foi

efectuado com grande júbilo.

Vade mais havendo a tratar, o presidente da assembleia encerrou a reunião, de qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada por mim, Vice-presidente, pelo secretário e pelo Presidente.

Dada nesta Specieiro Brito

Chelidonio

